

ESPECIAL GREVE MINISTÉRIO DO TRABALHO – 25/11/2009

QUADRO NACIONAL DE GREVE

ADESÃO NACIONAL 23 UF - 85%: ACRE – ALAGOAS – AMAPÁ – BAHIA – CEARÁ – DISTRITO FEDERAL – ESPÍRITO SANTO – GOIÁS – MARANHÃO – MATO GROSSO – MINAS GERAIS – PARAÍBA – PARANÁ – PIAUÍ – PERNAMBUCO – RIO DE JANEIRO – RIO GRANDE DO SUL – SÃO PAULO – SERGIPE – RONDÔNIA – RORAIMA – TOCANTINS – PARÁ.

NÃO ADERIRAM: AMAZONAS – MATO GROSSO DO SUL – PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE – SANTA CATARINA.

CADÊ A GREVE?

Embora mais de 80% das agências do Ministério do Trabalho estejam fechadas, sem atendimento à população e que deixem de ser emitidas diariamente milhares de Carteiras de Trabalho e os servidores estejam paralisados, ninguém mais ouve falar na greve. Isso é assim mesmo. No Brasil só o instantâneo é manchete ou matéria jornalística. Se morrer alguém em frente a um prédio do MTE, com a requisição do Seguro Desemprego na mão, aí sim vai virar manchete, caso contrário nada feito. No Brasil das maracutaias, as reivindicações dos servidores do Trabalho passam despercebidas, mas como eles mesmos frisam, “o atendimento às reivindicações é necessário é benéfico à população, pois vai dar maior agilidade no atendimento e na concessão dos serviços solicitados”. Quem se importa com isso?

Se o INSS parar é manchete por um longo período. Se os bancos estão fechados, os sem-dinheiro protestam. Se a Saúde entrar em greve os doentes vão se desesperar. E a todos a imprensa vai priorizar cobertura. As greves se tornaram banalizadas porque o governo assim quis e agiu para que a imprensa e a sociedade interpretassem como normal algum órgão ou empresa estar em greve. No serviço público as greves foram intensas nos últimos cinco anos. E isso se deu porque sempre havia algum problema, seja de salário, seja de condições de trabalho e aí reside algo importante. Quem faz greve para melhorar as condições de trabalho merece atenção redobrada. Há algo errado no seu local de trabalho? No serviço público, onde a manutenção equipamental e estrutural é nula, isso sempre vai acontecer. O governo parece gostar de estar sempre um, ou dois, ou três passos atrás da iniciativa privada. Os donos do poder adoram umas críticas pela inércia. E na inércia continuam porque não sabem as noções básicas de administração, dentre as quais a que se refere à atualização da estrutura de imóveis e equipamentos, bem como de reciclagens periódicas dos profissionais, inclusive da saúde dos funcionários. No serviço público também é assim, só que ao avesso. Não há um mínimo de investimento em infraestrutura organizacional nas repartições públicas e quando há, lá está a velha e histórica corrupção a abocanhar a maior parte dos recursos.

Neste país de dimensões continentais, a nossa corrupção é endêmica. Agora mesmo descobriram nova maracutaia e das grandes envolvendo apresentação de notas fiscais frias na Câmara dos Deputados. É lógico que não haverá apuração alguma e que as notas frias, essas sim deveriam ser alvo de rigoroso inquérito: O que faziam elas, criminosamente comprometendo a boa índole dos nossos “insuspeitáveis” parlamentares? E o que a Presidência da República fez para mostrar a indignação oficial sobre a questão? Nada, é surda cega e muda. Ou melhor, se faz de surda, cega e muda porque lhe convém agir assim em nome da governabilidade. E assim segue o Brasil, com uma greve legítima em trânsito, exigindo atenção e reconhecimento por parte do governo, mas convenhamos,

o que pode Carlos Lupi, pseudo-ministro, com poderes equivalentes aos reis e rainhas da Inglaterra? Será que alguém em sã consciência acreditou que esse ministério pudesse colaborar para a melhoria na qualidade do trabalho exercido pelos servidores em um ministério que sempre foi moeda de troca barata nas barganhas políticas?

Está na hora de acordar e colocar o bloco na rua, mesmo sem fantasia alguma. Só assim alguém vai perceber que os servidores do Ministério do Trabalho estão em greve em alguns estados desde o dia 5 de novembro e que merecem concessão em suas poucas reivindicações. Servidor em Ação, Lisânias Macedo

Semana de mobilização

Servidores do MTE organizam série de atividades em busca de negociação com Planejamento

Esta semana será de muita mobilização para os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 23 estados, incluindo o Distrito Federal, os servidores mantêm paralisações. O número aumenta nesta segunda-feira (23), quando os servidores do Pará também vão integrar a mobilização. A segunda marca ainda a realização de uma atividade conjunta em todos esses estados em sinal de protesto contra a falta de atendimento das reivindicações urgentes do setor e em defesa de melhores condições de trabalho. A população também vai continuar recebendo informações sobre os motivos do movimento. Nos dias 25 e 26 caravanas virão a Brasília e a categoria vai promover uma vigília em frente ao Ministério do Planejamento.

Junto com a vigília os servidores realizam também a "Marcha da Pressão". O objetivo é destravar o processo de negociação para um plano de carreira específico do MTE. Todas as atividades buscam reabrir as negociações com os servidores. O Planejamento permanece intransigente em discutir e negociar os itens reivindicatórios do setor.

Luta para melhorar atendimento à população - A pauta de demandas dos servidores não consiste apenas da implantação imediata de um plano específico para o MTE. Com a paralisação de atividades, a categoria busca melhorar o atendimento à população, hoje oferecido de forma precária e inadequada. Hoje, o Ministério do Trabalho e Emprego conta com cerca de 5 mil servidores administrativos na ativa, mão de obra insuficiente para atendimento adequado de toda a população brasileira.

A SOCIEDADE DEVE CONHECER O QUE PRETENDEMOS:

- 1. Pela implantação imediata do Plano de Carreira Específico dos Servidores do MTE, conforme Aviso Ministerial MTE nº 30;**
- 2. Melhorias das Condições de Trabalho;**
- 3. Regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução de salários, com dois turnos diários para ampliar o atendimento à população;**
- 4. Política de Treinamento e Capacitação permanentes;**
- 5. Ampliação das vagas do órgão com contratação dos remanescentes do último concurso;**
- 6. Paridade Salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;**
- 7. Isonomia do Auxílio-Alimentação do Poder Executivo com o do Judiciário;**
- 8. Retorno do regime de solidariedade nos descontos da GEAP, com valores compatíveis com os salários dos servidores. Garantia de melhoria na qualidade do atendimento.**